

369

AS POLÍTICAS DE COLABORAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS PARA ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL. *Fabiana Soares Mathias, Nalu Farenzena (orient.) (UFRGS).*

Esse trabalho vem sendo desenvolvido no Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação, integrado a um estudo abrangente do regime de colaboração intergovernamental no financiamento da educação no Rio Grande do Sul (RS). Esse estudo específico tem como objetivo mapear e caracterizar as políticas de colaboração entre o Estado, os municípios gaúchos e a União. Os instrumentos de coleta de dados são entrevistas, observações e leitura e análise de documentos oficiais das principais instâncias envolvidas nos processos de colaboração. Foi analisado o panorama histórico, político e econômico em que se inseriu o Brasil, nos últimos anos, de forma a examinar como se tornaram necessárias sistemáticas de cooperação entre governos subnacionais para atender à educação com recursos (repasse) financeiros, políticas públicas e gestão educacional, para que se efetive uma educação nos moldes exigidos pela legislação educacional e pela conjuntura político e econômica mundial. Entre as ações (regimes) analisados estão o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); os convênios do Estado de Merenda Escolar, Transporte Escolar, Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Municipal (PRADEM); convênios e programas do MEC e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com governos estadual e municipais. As análises feitas até o momento indicam que no RS a colaboração na Educação Básica está bastante restrita ao FUNDEF e à etapa do ensino fundamental. Em termos de colaboração não-obrigatória tem sido dada prioridade aos programas de atendimento suplementar da educação. Os principais critérios de repartição de recursos têm sido o número de alunos e a disponibilidade financeira do Estado. (PIBIC).